

Luta contra o racismo

Por um ambiente de trabalho com mais cores

► **Marcia Bandini**

De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2018 mais de 100 milhões de pessoas se declararam pretas ou pardas, o que corresponde a maior parte da população brasileira. Isso faz do Brasil o segundo país com a maior população negra do mundo, ficando atrás apenas da Nigéria. Sendo um país fora do continente africano e com forte influência cultural não negra, é de se perguntar: o que mais da metade dos brasileiros desejam?

Para conhecer melhor os anseios dessa parcela da sociedade, foi conduzido um estudo com 1.225 homens e mulheres nas cidades de Salvador/BA, São Paulo/SP e Rio de Janeiro/RJ, denominado “Consciência entre urgências: pautas e potências da população negra do Brasil”. Para 48% dos entrevistados a inclusão no mercado de trabalho é o assunto mais urgente a ser discutido. E não se trata apenas de emprego - preocupação de mais de 30 milhões de brasileiros - mas de oportunidades de carreira e, principalmente, de um tratamento justo e com respeito. Quando analisamos o cenário do trabalho frente às cores do Brasil fica mais fácil entender o resultado da pesquisa.

Segundo o Instituto Ethos, entre as 500 empresas com maior faturamento no Brasil, pretos e pardos representam 58% dos aprendizes e *trainees*, mas apenas 6,3% dos cargos de gerência. Em cargos executivos de liderança, a participação deste grupo é ainda menor - apenas 4,7%. Embora a taxa de desemprego seja alta em todo o país, ela é bem maior entre negros (13,6%) quando comparada aos brancos (9,5%). A desigualdade da renda média é ainda maior, sendo de R\$ 2.814 mensais para brancos e de R\$ 1.570 mensais para pretos e pardos. Certamente essa diferença de quase 50% não se justifica simplesmente pelo desempenho ou pela escolaridade dos profissionais negros.



Marcia Bandini - médica especialista e professora em Medicina do Trabalho, com doutorado pela FMUSP
marciabandini@gmail.com

PRECONCEITO

Então, o que poderia explicar tamanha desigualdade? Um olhar para a recente história do Brasil pode levantar uma hipótese mais complexa e incômoda, mas não menos pertinente. Por isso, arrisco-me a perguntar: o quão racista é nosso país? Ou, mais diretamente, quão racistas somos nós?

Um estudo pioneiro realizado em 1995, conduzido pelo DataFolha, solicitou aos entrevistados que avaliassem sua autopercepção em relação ao racismo e também respondessem 12 questões sobre atitudes em relação a negros, que pudessem indicar se a pessoa apresentava atitudes ou julgamentos preconceituosos. Entre os participantes não-negros, 88% afirmaram não possuir nenhum preconceito contra negros. No entanto, apenas 14% passaram no teste sem manifestar nenhum tipo de preconceito. Algumas pessoas podem dizer que esses números são antigos e não refletem a atualidade do país. Pois eu tenho sérias dúvidas a respeito. E como gosto de formar minha opinião com base em evidências, convido os leitores a me acompanhar na leitura de alguns fatos ocorridos recentemente em nosso país.

Em novembro de 2019, mês da Consciência Negra, o recém nomeado presidente da Fundação Palmares, entidade criada para defender e fomentar a cultura e manifestações afro-brasileiras, declarou que “a escravidão foi boa porque negros vivem em condições melhores no Brasil do que no continente africano”. Depois de chocar parte da sociedade, o rapaz acabou exonerado, mas a divulgação de sua fala já tinha produzido um dano significativo, estimulando outras falas racistas pelo país.

No mesmo mês, um deputado federal rasgou uma placa afixada na Câmara dos Deputados que continha uma mensagem contra o genocídio da população negra. Não satisfeito, o deputado filmou a cena e a postou nas redes sociais, em um ato bruto e de mau gosto. Acabou tomando um “pito” público do presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Reinstalada no dia seguinte, a placa chama a atenção para os alarmantes

números de mortes no Brasil, onde 75,4% das vítimas de morte violenta são pretos ou pardos. Parece que os versos da canção “Ismália”, de autoria do rapper Emicida, refletem a triste realidade da existência de “pele alva e pele alva” entre nós.

Até mesmo de onde não se esperava, surgiram declarações racistas. Durante uma palestra, um Procurador de Justiça do Ministério Público do Pará afirmou que “o problema da escravidão no Brasil foi porque o índio não gosta de trabalhar”. A manifestação duplamente preconceituosa, contra negros e índios, pegou tão mal que o procurador foi afastado do cargo de ouvidor-geral do MPPA, tem a conduta investigada pelo CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) e responde a uma ação movida pelo Cedenpa (Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará). Mais uma vez, uma fala racista repercutiu em parte da sociedade.

INDICAÇÕES

Na contramão dessas inaceitáveis manifestações, fechamos o ano de 2019 com a publicação de dois livros que nos ajudam a refletir sobre o tema e cuja leitura



deixo como recomendação. Laurentino Gomes, autor de *best-sellers* como 1808, 1822 e 1889, lançou o primeiro volume da nova trilogia “Escravidão”, tratando do período que vai do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Fiquei impressionada ao descobrir que o Brasil recebeu quase 40% de todos os africanos escravizados embarcados para a América, durante um período de três séculos e meio. Último país a abolir a escravidão no mundo ocidental, o Brasil não se empenhou em resolver a questão social da população negra. Por isso, a liberdade nunca representou melhoria da vida ou oportunidade de mobilidade social para os ex-escravizados e seus descendentes. E isso se reflete nas relações de trabalho e na desigualdade dos indicadores apresentados no início desta coluna.

Outro livro que recomendo é o “Pequeno Manual Antirracista”, de Djamila Ribeiro. O texto é conciso – até mesmo duro! – mas nos permite compreender o racismo estrutural de nosso país e nos convida a refletir sobre nosso papel na construção de uma sociedade que seja, de fato, mais inclusiva e plural. As 10 lições do manual propostas pela autora são muito úteis:

1 Informar-se sobre o racismo, em especial nas comunidades onde você está inserido;

2 Enxergar a negritude para tirá-la da invisibilidade porque o discurso de “eu não vejo cor” não contribui para reduzir o racismo. É preciso compreender as diferentes histórias vividas por gerações sem privilégios e sem políticas sociais;

3 Reconhecer os privilégios da branquitude. Não se trata de se sentir culpado por ser branco porque a culpa leva à inércia. O que se espera é um sentimento de responsabilidade que leve a ações e mudanças;

4 Perceber o racismo internalizado em você porque ele é tão presente em nossa sociedade que, às vezes, passa despercebido em nossas ações;

5 Apoiar políticas educacionais afirmativas que visam compensar o descaso dos últimos 130 anos, priorizando a educação como meio de mobilidade social;

6 Transformar seu ambiente de trabalho, estimulando maior equilíbrio na proporção entre trabalhadores brancos, pretos e pardos, em especial nos níveis hierárquicos mais elevados. Sim, é preciso discutir como a questão racial está sendo conduzida em seu trabalho;

7 Ler autores negros para ampliar suas perspectivas. É preciso estar atento ao risco da “versão única” contada pelos segmentos dominantes da sociedade, como alerta Chimamanda Ngozi Adichie, jovem e promissora escritora da literatura africana;

8 Questionar a cultura que você consome, afinal você sabe qual é a cor

da Escrava Isaura? Dica para responder: melhor consultar o livro de Bernardo Guimarães do que a novela estrelada por Lucélia Santos;

9 Conhecer seus desejos e afetos, evitando estereótipos como o da força física;

10 E, finalmente, combater a violência racial em todas as suas apresentações.

REPRESENTATIVIDADE

Nesta altura, o(a) leitor(a) pode estar se perguntando por que esta colunista inicia o ano de 2020 com um tema tão pesado. É pela esperança que tenho no poder do trabalho como promotor de dignidade humana para todos, agora e no futuro. Para quem ainda tem dúvidas, deixo uma última dica – assista ao vídeo com a piauiense Maria Alice, de apenas dois aninhos, que viralizou nas redes sociais. Em um “ataque de fofura”, Maria Alice se entusiasma ao ver a jornalista Maju Coutinho. Em frente à TV, sentindo-se devidamente representada, a garotinha aponta para a jornalista dizendo “Esse aqui é meu cabelo! E esse está parecendo meu vestido amarelo, *yellow*”. Dias depois, a emissora viabilizou um encontro entre a minifã e a competente profissional. Foi de derreter até os mais duros corações de pedra. Maju Coutinho foi impecável no papel de profissional que recebe fãs de todas as idades e que se tornou profissional de sucesso, provavelmente vencendo um duplo preconceito – o de ser mulher e negra.

Penso que a reação de Maria Alice é a prova viva de que mais ações afirmativas e mais diversidade no trabalho são capazes de criar uma sociedade mais justa, inclusiva e digna. Junto com a educação, o trabalho é um potente transformador de nossa sociedade, tão diversa e colorida, onde todas as cores da paleta humana estão representadas. É mais do que tempo de valorizar nossa riqueza e diversidade, de compreender nossa história, de assumir que existe, sim, um racismo estrutural que pode e deve ser combatido. E que a histórica ausência de políticas públicas de inclusão, nos chama a fazer algo mais.

Por isso, começo o ano de 2020 convidando os leitores de todo o Brasil para promover a mudança que precisamos, colorindo os ambientes de trabalho com as verdadeiras cores de nosso país. 

